
HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital do Tricentenário (“Entidade”) é uma associação civil de direito privado, com finalidade filantrópica, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de saúde conforme o artigo 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 85.752 de 24 de fevereiro de 1981, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 25/02/1981, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual nº 7.009, publicada no DOE em 04/12/1975, Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o certificado nº 219.750/69, em 29/05/1965, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, no Ministério da Saúde, deferido mediante Portaria nº 250, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13 de março de 2018 e qualificada pelo Governo do Estado de Pernambuco com Organização Social – OS pelo Decreto nº 35.130 de 10 de junho de 2010, nos termos da Lei Estadual nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000, alterada pela Lei nº 12.973 de 27 de dezembro de 2005 e pela Lei nº 15.210/2013 de 19 de dezembro de 2013, sendo requalificada através do Decreto nº 49.652 de 29 de outubro de 2020. Tem como objetivos e finalidade estatutária, conforme artigos 3º e 4º de seu Estatuto Social.

- Prestar assistência à saúde, com destacada qualidade, a quantos buscarem seus serviços.
- Dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social, enfatizando a assistência materno-infantil e Hospital Geral.
- Prestar serviço gratuito, conforme estabelecido na legislação pertinente.
- Servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde.
- Proporcionar educação e orientação sanitária a comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e reabilitação do paciente, dentro das possibilidades.
- Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde.

O Hospital do tricentenário mantém contrato de gestão firmado com a Secretária de Saúde de Pernambuco para administração das seguintes unidades:

- 1) *Unidade de Pronto Atendimento - UPA Ibura.*
- 2) *Unidade de Pronto Atendimento - UPA Curado.*
- 3) *Hospital João Murilo de Oliveira.*
- 4) *Maternidade Brites de Albuquerque.*
- 5) *Unidades Pernambucanas de Atenção Especializada – UPAE Afogados da Ingazeira.*
- 6) *Unidades Pernambucanas de Atenção Especializada – UPAE Serra Talhada.*
- 7) *Hospital Mestre Vitalino.*
- 8) *Hospital Ruy de Barros de Correia.*
- 9) *Hospital Regional Emília Câmara.*

10) *Hospital Eduardo Campos.*

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Patrimônio Social da entidade passou a ser negativo em R\$19.715 e R\$21.166, respectivamente. Apesar desse fato, os contratos de gestão junto aos entes públicos possuem característica de longo prazo e são celebrados junto a entidade desde 2016. Além disso, os mantenedores possuem suporte financeiro para auxiliar a entidade caso seja necessário.

Adicionalmente, o Hospital do Tricentenário atende ao Sistema Único de Saúde - SUS há mais de sessenta anos e, com exclusividade e 100% dos serviços prestados há mais de 10 anos, sem qualquer outra operadora de plano de saúde. Os convênios de oferta de leitos de UTI e Internamento são credenciados unicamente e renovado a cada cinco anos. O Hospital é o único no Município de Olinda que atende ao SUS, além de manter a única maternidade do município, possuir quarenta leitos de UTI e ofertar mais de cem leitos de internação, tornando um Hospital de referência dentro do município. São realizadas mais de duzentas cirurgias eletivas por mês, além de ter funcionamento de emergência 24h. Com isso, a continuidade do serviço de saúde prestado pelo Hospital do Tricentenário se torna inevitável para o Estado e Município, porém com repactuação de metas e novos desafios.

Dado o exposto, devido a sua característica filantrópica descrita, a administração acredita que a entidade continuará operando e fornecendo serviços médico hospitalar a população via SUS, e assim concluir pela utilização do pressuposto de continuidade operacional nas presentes demonstrações financeiras.

Imunidade tributária

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

Característica da imunidade

O Hospital do Tricentenário é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune.

Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- b) aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- c) manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Operacionais e contábeis

- Possuir certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

- Manter sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elaborar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros.

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Entidade.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou a assunção de obrigações de terceiros através de um contrato na qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizados são mensurados através de taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Entidade deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicação financeira, Outros créditos, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos e Outras contas a pagar.

3.3. Estoques

Os estoques referem-se, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e demais materiais de consumo utilizados no atendimento aos pacientes. A mensuração dos estoques é realizada com base no custo médio, considerando o custo histórico de aquisição acrescido dos encargos diretamente atribuíveis, como despesas com transporte e armazenagem.

O valor realizável líquido é o valor de aquisição para o curso normal dos negócios, deduzido os custos de execução e as despesas com prestação de serviços.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

3.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

A Entidade controla e apresenta separadamente os bens vinculados a atividade como “com restrição”. Os bens adquiridos para uso da administração são apresentados como “sem restrição”. Os recursos recebidos para aquisição de imobilizados “com restrição” têm contrapartida em receitas diferidas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor do custo histórico.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento financeiro, e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos, com base em laudo emitido por perito independente, são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos	10 anos
Benfeitorias	25 anos
Equipamentos de informática	6 anos

3.5. Redução ao valor recuperável (“impairment”) ativos não circulantes

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.6. Receita diferida

A receita diferida representa os valores correspondentes aos ativos imobilizados recebidos com cláusulas de restrição quanto à sua destinação, alienação ou uso, não passíveis de apropriação imediata ao resultado. Tais receitas devem ser reconhecidas gradualmente, à medida que os ativos são consumidos por meio da depreciação.

A receita diferida é reconhecida no resultado, em bases sistemáticas, na mesma proporção da despesa de depreciação do ativo correspondente, refletindo o uso efetivo do bem para fins institucionais.

3.7. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, o patrimônio social é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio.

3.8. Tributação

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

3.9. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis nas circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- Vida útil estimada do imobilizado e intangível.
- Provisão para riscos e processos judiciais.

3.10. Provisão para riscos fiscais e trabalhistas

A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Entidade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes.

3.11. Receita operacional

Receita de prestação de serviços de atendimento médico e hospitalar

As receitas de serviços de atendimento médico e hospitalar é registrado com base na obrigação de performance de atendimento, conforme negociado com o contratante em conformidade com os respectivos contratos.

Receita com gestão de unidades públicas

As receitas decorrentes de contratos para administração de unidades de saúde públicas “Unidades Administradas”, estabelecidas no contrato de gestão estabelecem valores a ser recebido por entes públicos para custear a administração e seu reconhecimento é proporcional ao custo incorrido com a administração sem nenhuma margem.

As receitas de convênio e subvenções estão em conformidade com o CPC 07 (R1) e ITG 2002 (R1), onde não estão afetando o resultado. Apenas são registradas conforme realização da finalidade do contrato, assim como sua despesa.

3.12. Receitas e despesas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na Interpretação Técnica Geral, ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade executa suas atividades por meio de trabalho de diversos colaboradores através de funções exercidas de forma voluntária, não remunerada e sem incidência de tributos de qualquer natureza.

3.13. Adoção de políticas novas e revisadas

Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A Administração não identificou impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras decorrente da adoção das normas novas e alteradas listadas a seguir:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na CPC 03 (R2)/IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a CPC 40 (R1)/IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.
Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos

Pronunciamento	Descrição
<p>Alteração à CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"</p>	<p>correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants".</p> <p>As alterações à CPC 06(R2)/IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da CPC 47/IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da CPC 06(R2)/IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da CPC 06(R2)/IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da CPC 47/IFRS 15 é um passivo de arrendamento.</p> <p>O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a CPC 23/IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a CPC 06(R2)/IFRS 16 pela primeira vez.</p>

Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Entidade não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição da Alteração
<p>Alterações à CPC 02 (R2)/IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade</p>	<p>As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e por meio de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.</p>

Norma	Descrição da Alteração
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	<p>A IFRS 18 substitui a CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na CPC 26 (R1)/IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da CPC 26 (R1)/IAS 1 foram movidos para a CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado. • Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras. • Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. <p>A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 41/IAS 33, bem como a CPC 23/IAS 8 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.</p> <p>A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.</p>

A Administração está conduzindo uma análise sobre os impactos da alteração da IFRS 18, com o objetivo de compreender suas possíveis implicações e planejar as ações necessárias para garantir uma adaptação adequada. Estimam-se impactos relevantes, especialmente nas divulgações exigidas pela nova norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	3	-
Bancos conta movimento - sem restrição	1	1
Bancos conta movimento - com restrição	19	21
	<u>23</u>	<u>22</u>
Aplicações financeiras - sem restrição	1.356	5.924
Aplicações financeiras - com restrição	111.284	59.791
	<u>112.640</u>	<u>65.715</u>
Total	<u>112.663</u>	<u>65.737</u>

Mantemos segregação dos nossos recursos com e sem restrição. Nossos recursos com restrição se referem a contratos de gestão de unidades de saúde e destinados a investimento via contratos de convênios federais e municipais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos em Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimento.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber a faturar	4.794	3.676
Contratualização Municipal	6.148	4.985
Outras contas a receber	2.710	4.428
Gestão de Saúde - UPA Curado	1.505	1.352
Gestão de Saúde - UPA Ibura	1.611	1.248
Gestão de Saúde – Timbaúba	366	366
Gestão de Saúde – Vitória	2.909	5.861
Gestão de Saúde - UPAC Serra Talhada	828	828
Gestão de Saúde - UPAC Afogados Ingazeira	4.169	4.169
Gestão Hospital Mestre Vitalino A Receber	-	30.015
Gestão de Saúde – HRA	5.752	11.674
Contrato de Gestão - Hospital Regional Afogados	1.333	9.403
Gestão de Saúde - Brites de Albuquerque	-	15.371
Gestão de Saúde - Hospital Eduardo Campos	-	13.887
Repasso NGC a Receber	1.571	1.391
Hospital Sirio Libanes	10	-
Hospital Albert Einstein	13	-
	<u>33.720</u>	<u>108.655</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Convênio nº 852.436/2017	26	26
Convênio nº 869.739/2018	237	237
Convênio a receber 883.745/2019	28	28
Convênio a receber 883.749/2019	91	91
Convênio a receber 888.555/2019	73	73
Convênio nº 875.915/2018 a receber	-	100
Convênio nº 898.508/2020	67	67
Convênio nº 900.686/2020	79	79
Convênio nº 900.689/2020	3	3
Convênio nº 904.897/2020	108	108
Convênio nº 914.621/2021	97	97
Convênio nº 914.777/2021	40	40
Convênio Nº 935.252/2022	96	-
	<u>946</u>	<u>950</u>
Total	<u>34.666</u>	<u>109.606</u>

A Entidade não constitui perdas de créditos esperadas – PCE, uma vez que todos os recebíveis são advindos de contratos sem prescrição para recebimento, e sua quase totalidade refere-se a valores a receber de contratos de gestão, os quais possuem o custo atrelado ao recebimento.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Estoques diversos	286	2.101
Estoques de insumos assistenciais	24.599	13.035
Estoques de materiais/consumos diversos	1.989	1.790
Outros estoques	603	1.439
	<u>27.477</u>	<u>18.364</u>

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

7. CONTAS A RECEBER DÉFICIT CONTRATO DE GESTÃO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
UPA Ibura	6.821	7.249
Hospital João Murilo	11.222	14.304
	<u>18.044</u>	<u>21.553</u>
Perda estimada	<u>(18.044)</u>	<u>(21.553)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos são provenientes de resultados negativos acumulados, incorrendo em valor a receber pela Secretaria da Saúde do Estado de Pernambuco. Devido à baixa perspectiva de recebimento, provisionamos os valores para perda.

8. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2024		Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2023	
		Custo				Líquido
Imobilizado - sem restrição						
Terrenos		7.427	-	7.427		7.427
Edificações	4%	5.640	(3.119)	2.521		2.747
Máquinas e equipamentos	10%	2.253	(1.492)	761		856
Móveis e utensílios	6,67%	761	(337)	424		449
Computadores e periféricos	16,67%	224	(186)	38		52
Veículos	10%	906	(464)	442		515
Instalações	10%	339	(256)	83		100
Imobilizado em andamento		1.705	-	1.705		1.679
		<u>19.254</u>	<u>(5.853)</u>	<u>13.401</u>		<u>13.825</u>
Imobilizado - com restrição						
Máquinas e equipamentos	10%	15.165	(3.363)	11.802		9.707
Móveis e utensílios	6,67%	2.657	(448)	2.209		1.271
Computadores e periféricos	16,67%	551	(173)	378		434
Edificações	4%	3.774	(483)	3.291		3.225
Veículos	10%	1.166	(177)	989		783
		<u>23.313</u>	<u>(4.644)</u>	<u>18.669</u>		<u>15.420</u>
Saldo Imobilizado		<u>42.567</u>	<u>(10.497)</u>	<u>32.070</u>		<u>29.245</u>
Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências		31/12/2024
Imobilizado - sem restrição						
Terrenos	7.427	-	-	-		7.427
Edificações	5.640	-	-	-		5.640
Máquinas e equipamentos	2.220	33	-	-		2.253
Móveis e utensílios	736	25	-	-		761
Computadores E Periféricos	221	3	-	-		224
Veículos	906	-	-	-		906
Instalações	339	-	-	-		339
Imobilizado em andamento	1.678	62	-	(36)		1.705
	<u>19.166</u>	<u>124</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>		<u>19.254</u>
Imobilizado - com restrição						
Máquinas e equipamentos	12.337	2.829	-	-		15.165
Móveis e utensílios	1.588	1.069	-	-		2.657
Computadores e periféricos	532	27	(9)	-		551
Edificações	3.568	119	-	86		3.774
Veículos	904	262	-	-		1.166
Imobilizado em andamento	-	50	-	(50)		-
	<u>18.929</u>	<u>4.357</u>	<u>(9)</u>	<u>36</u>		<u>23.313</u>

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Depreciação - sem restrição					
Edificações	(2.893)	(226)	-	-	(3.119)
Máquinas e equipamentos	(1.364)	(128)	-	-	(1.492)
Móveis e utensílios	(287)	(50)	-	-	(337)
Computadores e periféricos	(168)	(18)	-	-	(186)
Veículos	(390)	(74)	-	-	(464)
Instalações	(239)	(16)	-	-	(256)
	<u>(5.341)</u>	<u>(512)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.853)</u>
Depreciação - Com Restrição					
Máquinas e equipamentos	(2.630)	(733)	-	-	(3.363)
Móveis e utensílios	(317)	(132)	-	-	(448)
Computadores e periféricos	(99)	(76)	1	-	(173)
Edificações	(343)	(140)	-	-	(483)
Veículos	(121)	(56)	-	-	(177)
	<u>(3.509)</u>	<u>(1.136)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(4.644)</u>
Saldo Imobilizado sem restrição	13.825	(388)	-	(36)	13.401
Saldo Imobilizado com restrição	15.420	3.220	(7)	36	18.669
Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Imobilizado - sem restrição					
Terrenos	7.427	-	-	-	7.427
Edificações	5.640	-	-	-	5.640
Máquinas e equipamentos	2.135	85	-	-	2.220
Móveis e utensílios	590	4	-	142	736
Computadores E Periféricos	215	6	-	-	221
Veículos	1.048	-	-	(142)	906
Instalações	339	-	-	-	339
Imobilizado em andamento	1.677	55	-	(53)	1.679
	<u>19.070</u>	<u>150</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>19.167</u>
Imobilizado - com restrição					
Máquinas e equipamentos	9.324	3.013	-	-	12.337
Móveis e utensílios	1.184	404	-	-	1.588
Computadores e periféricos	394	138	-	-	532
Edificações	1.546	1.968	-	53	3.568
Veículos	904	-	-	-	904
	<u>13.352</u>	<u>5.523</u>	<u>-</u>	<u>53</u>	<u>18.929</u>
Depreciação - sem restrição					
Edificações	(2.668)	-	(226)	-	(2.893)
Máquinas e equipamentos	(1.059)	-	(304)	-	(1.364)
Móveis e utensílios	(225)	-	(62)	-	(287)
Computadores e periféricos	(151)	-	(17)	-	(168)
Veículos	(275)	-	(115)	-	(390)
Instalações	(223)	-	(16)	-	(239)
	<u>(4.601)</u>	<u>-</u>	<u>(740)</u>	<u>-</u>	<u>(5.341)</u>

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Depreciação - Com Restrição					
Máquinas e equipamentos	(1.966)	-	(664)	-	(2.630)
Móveis e utensílios	(227)	-	(90)	-	(317)
Computadores e periféricos	(27)	-	(72)	-	(99)
Edificações	(245)	-	(98)	-	(343)
Veículos	(66)	-	(55)	-	(121)
	<u>(2.531)</u>	<u>-</u>	<u>(978)</u>	<u>-</u>	<u>(3.509)</u>
Saldo Imobilizado sem restrição	14.469	150	(740)	(53)	13.825
Saldo Imobilizado com restrição	10.821	5.523	(978)	53	15.420

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Entidade não identificou indicadores de desvalorização que exigissem a estimativa do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Adicionalmente, na data-base das demonstrações contábeis, não há ativos imobilizados dados em garantia.

9. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de material	8.382	11.701
Fornecedores de serviços especializados (a)	7.500	4.834
	<u>15.881</u>	<u>16.536</u>

(a) Referem-se a fornecedores especializados em atendimento de serviços na área médico-hospitalar.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações trabalhistas a pagar	23.727	23.366
Encargos sobre folha a pagar	19.759	21.938
Provisões de férias, 13º salário e encargos	46.309	44.773
Impostos e contribuições retidos a recolher	1.054	478
	<u>90.849</u>	<u>90.554</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos. Saldos abaixo representados do curto e longo prazo.

Empresa Credora	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Conta garantida Caixa	31/01/2025	9,90% a.m.	1.105	2.831
Caixa Econômica Federal	10/12/2027	0,64% a.m.	1.984	2.530
Caixa Econômica Federal	10/12/2027	0,64% a.m.	2.366	3.018
HP Financial Serv. Arrend. Mercantil S.A.	15/07/2024	0,70% a.m.	-	15
Caixa Econômica Federal	10/01/2030	1,29% a.m.	2.012	-
Total			<u>7.467</u>	<u>8.394</u>
Circulante			2.709	4.078
Não circulante			4.758	4.316

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2022	6.306
Capitações	6.745
Pagamentos de principal	(4.657)
Pagamentos de juros	(655)
Juros provisionados	655
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2023	8.394
Captações	2.012
Pagamentos de principal	(2.978)
Pagamentos de juros	(535)
Juros provisionados	574
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2024	7.467

O montante de longo prazo tem a seguinte posição por ano de vencimento:

2026	1.780
2027	1.950
2028	453
2029	528
2030	48
Total	4.758

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas que determinam o cumprimento de índices financeiros (“covenants”), apenas não financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Entidade cumpriu com estas cláusulas.

12. PARCELAMENTOS

Este grupo está composto por parcelamentos federais. Saldos abaixo representados.

Parcelamentos federais	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.399	752
Parcelamento FGTS	-	1.234
Atualização	100	63
Pagamentos	(547)	(650)
Saldo final	952	1.399
Circulante	254	482
Não circulante	698	917

13. SUBVENÇÕES A REALIZAR

Este grupo está composto por convênios e contratos a realizar. Saldos abaixo representados.

<u>Convênios federais</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	1.231	1.284
Novos convênios assinados	180	400
Rendimentos sobre aplicações	2	12
Encerramento e devolução de subvenções	(118)	(66)
Aquisição de imobilizado	<u>(314)</u>	<u>(399)</u>
Saldo final	<u>981</u>	<u>1.231</u>

14. RECEITA DIFERIDA

Os imobilizados adquiridos para projetos possuem restrições, e por isso, são acompanhados de correlata receita diferida, cuja composição nos exercícios está demonstrada a seguir:

<u>Receitas diferidas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Máquinas e equipamentos	11.802	9.707
Moveis e utensílios	2.209	1.271
Computadores e periféricos	378	434
Edificações	3.291	3.225
Veículos	<u>989</u>	<u>783</u>
Total	<u>18.669</u>	<u>15.420</u>
Circulante	1.315	1.120
Não circulante	17.354	14.299

15. OBRIGAÇÕES COM CONTRATO DE GESTÃO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
UPA Curado	3.843	2.923
Maternidade Brites de Albuquerque	4.105	12.324
UPAE Afogados da Ingazeira	5.962	6.900
UPAE Serra Talhada	6.219	8.055
Hospital Mestre Vitalino	16.082	14.955
Hospital Ruy de Barros	2.168	6.652
Hospital Emília Câmara	11.337	14.841
Hospital Eduardo Campos	18.308	26.310
NGC	<u>2.774</u>	<u>2.255</u>
	<u>70.796</u>	<u>95.215</u>

O grupo demonstra nossa obrigação adquirida na gestão de unidade de saúde do Estado de Pernambuco.

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social está constituído substancialmente por todos os superávits e/ou déficits acumulados da Entidade aprovados em ata de reunião da administração e do conselho.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor do ajuste de avaliação patrimonial se refere a valorização do ativo imobilizado efetuados em 2010 relativos a edificações e terreno e em 2018 de todos os imobilizados.

17. RECEITAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas atividades de saúde - sem restrição</u>		
Contratualização - Olinda	32.858	31.727
Convenio SES-PE	25.799	23.183
Receitas com Contratos	-	173
Glosa	(1.049)	(135)
	<u>57.608</u>	<u>54.949</u>
<u>Receitas atividades de saúde - com restrição</u>		
Contrato de gestão - UPA Ibura	24.199	22.625
Contrato de gestão - UPA Curado	22.352	21.055
Contrato de gestão - HJMO	60.070	53.569
Contrato de gestão - UPAE Serra Talhada	11.777	10.356
Contrato de gestão - UPAE Afogados da Ingazeira	6.326	6.027
Contrato de gestão - H MV	228.052	212.590
Contrato de gestão - HRRBC	64.079	49.917
Contrato de gestão - HREC	47.492	42.260
Contrato de gestão - Maternidade Brites de Albuquerque	67.109	59.385
Contrato de gestão - HEC	97.420	64.727
Contrato de gestão - NGC	5.650	5.451
Receita com convênios e subvenções	498	560
	<u>635.025</u>	<u>548.522</u>
Total	<u>692.633</u>	<u>603.471</u>

18. GASTOS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Natureza:		
Custos com pessoal	(493.376)	(420.856)
Repasse custeio novo piso enfermagem	70.573	41.677
Encargos sociais	(39.426)	(33.679)
Benefícios de vale transporte e refeições	(3.876)	(3.630)
Provisões trabalhistas	(1.536)	(6.245)
Insumos hospitalares	(129.483)	(101.834)
Serviços terceiros especializados	(84.690)	(57.401)
Contribuições sociais	(156.823)	(134.875)
Imunidade com contribuições sociais	156.817	134.875
Despesas administrativas - hospitais	(28.329)	(21.589)
Serviços terceiros especializados	(19.822)	(16.534)
Despesas com manutenções	(6.660)	(4.950)
Despesas com investimentos	-	(4)
Depreciação	(1.648)	(1.718)
Despesas administrativas - UPAs	(151)	(1)
Perdas	3.509	4.060
Receita de mensalidade e doações	19.220	652
Outros recursos e receitas	6.731	3.610
Recuperação de custos diversos	10.842	9.519
Alienação e indenizações	760	315
	<u>(697.369)</u>	<u>(608.605)</u>
Classificadas como:		
Custos	(681.822)	(581.968)
Despesas gerais e administrativas	(56.609)	(44.796)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	41.061	18.159
	<u>(697.369)</u>	<u>(608.605)</u>

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras:		
Juros recebidos	-	11
Descontos obtidos	220	133
Rendimentos aplicação	7.915	9.007
Rendimentos aplicação	123	590
	<u>8.257</u>	<u>9.740</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(481)	(523)
Juros financeiros	(584)	(789)
IOF	(0)	(0)
Juros e multas	(931)	(1.132)
Atualização monetária	(69)	(107)
Descontos concedidos	(3)	(2)
	<u>(2.069)</u>	<u>(2.553)</u>
Total	<u>6.188</u>	<u>7.187</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Riscos trabalhistas	2.160	772
Riscos cíveis (a)	<u>17.782</u>	<u>17.684</u>
	<u>19.942</u>	<u>18.457</u>

(a) As contingências cíveis estão substancialmente relacionadas com processos de procedimentos assistenciais, sendo as principais ações referentes a três processos de natureza relativa a danos materiais, com valores de R\$3.592, R\$1.829 e R\$1.000, respectivamente.

Contingências possíveis

A Entidade é parte integrante em diversas ações passivas de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R\$15.827, cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como possível, entendendo não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros da Entidade, substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores próximos aos praticados pelo mercado. A Entidade não possui operações com derivativos financeiros ou outros ativos financeiros de risco semelhante.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e outras obrigações a pagar. Em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, os valores contábeis se aproximam de seus valores justos.

Risco de taxas de juros

A exposição da Entidade ao risco de taxa de juros ocorre principalmente em virtude de alterações nos rendimentos das aplicações financeiras indexadas ao CDI (taxa de juros dos CDIs) por alterações nas taxas de juros de mercado. Uma vez que as aplicações financeiras da Entidade possuem um prazo inferior a 90 dias e seus rendimentos estão atrelados a taxas de mercado. Adicionalmente, a Entidade não possui riscos significativos relacionados a variações nas taxas de juros dos empréstimos.

22. SEGUROS

Abaixo as apólices de seguro da Entidade

Seguradora	Número	Tipo	Vencimento	Cobertura danos materiais	Cobertura danos corporais
Chubb Seguros Brasil S.A.	29.96.0008773.12	Predial	28/11/2025	342.667	-
Mapfre Automais Frota	2.143.000.170.231	Frota	20/07/2025	2.500	2.500

23. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Entidade não prestou garantias, nem possuía quaisquer transações como interveniente garantidora nos exercícios encerrados em 2024 e de 2023.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETEM O CAIXA

A Entidade não prestou garantias, nem possuía quaisquer transações como interveniente garantidora nos exercícios encerrados em 2024 e de 2023.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aquisição de imobilizado com restrição	4.357	5.523
	<u>4.357</u>	<u>5.523</u>

25. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 19 de maio de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

Olinda, 30 de abril de 2025

[Redacted Signature]

Edilene da Silva Nunes

Diretora Presidente

CPF: [Redacted]

[Redacted Signature]

Juan Victor Izidio Pedroso

Contador

CRC: [Redacted]